

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ



FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO
DA DEFENSORIA PÚBLICA - **FAADEF**

Relatório de Desempenho de Gestão

Janeiro a
Dezembro de
2021

Defensora pública geral do Estado do Ceará
Elizabeth das Chagas Sousa

Subdefensora geral do Estado do Ceará
Sâmia Farias Costa Maia

Secretária executiva
Flávia Maria Andrade de Lima

Diretora da Escola Superior da Defensoria Pública
e supervisora do Núcleo de Estágio
Patrícia de Sá Leitão e Leão

Assessor jurídico
Petrus Henrique Gonçalves Freire

Assessor de desenvolvimento institucional
Victor Matos Montenegro

Assessora de relacionamento institucional
Michele Cândido Camelo

Assessora de planejamento e controle
Denise Sousa Castelo

Coordenadora das Defensorias da Capital
Sulamita Alves Teixeira

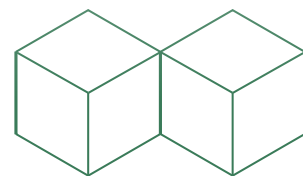
Coordenadora das Defensorias do Interior
Sheila Florêncio Falconeri

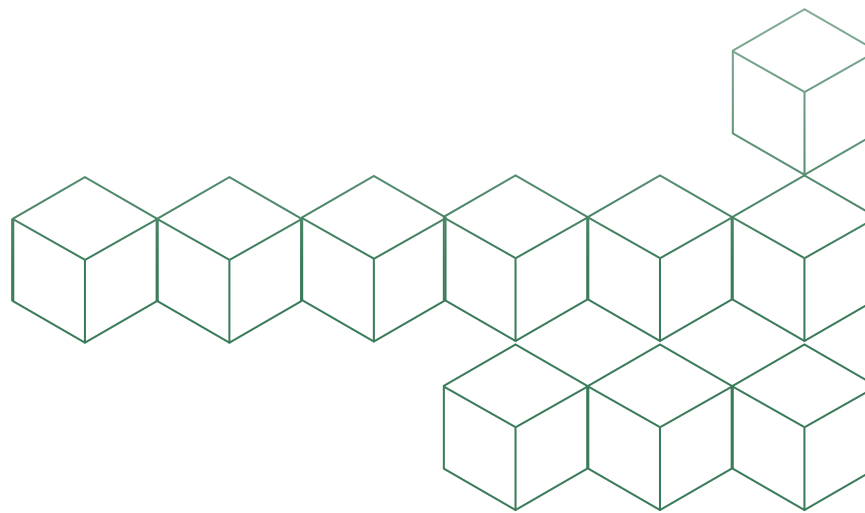
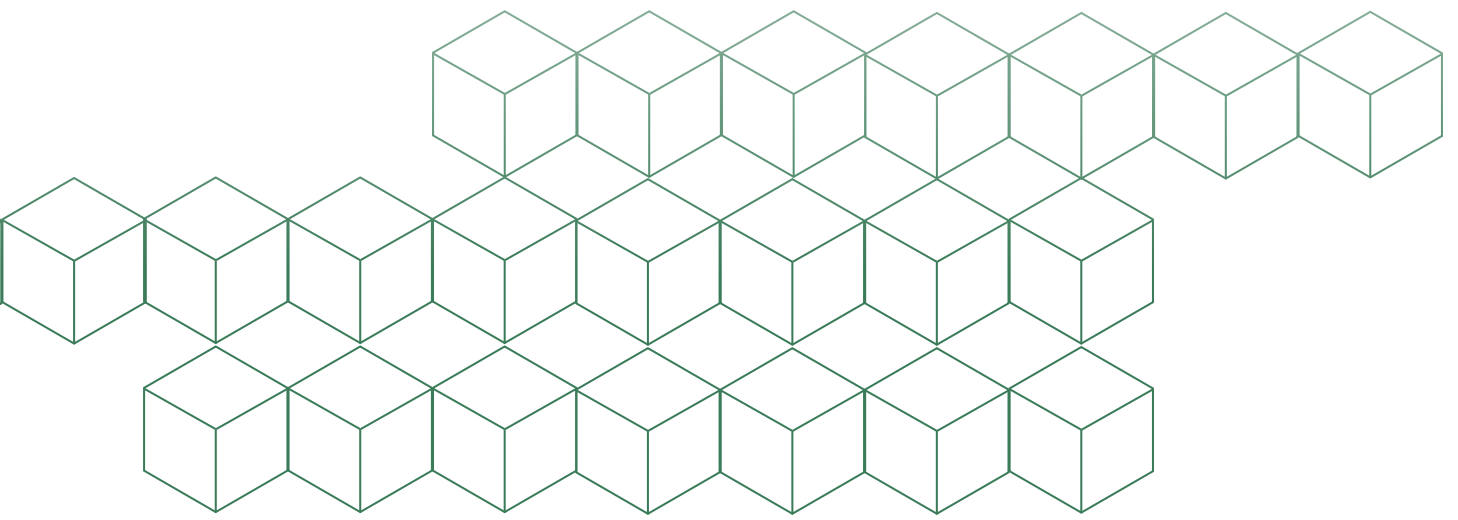
Subcoordenadora das Defensorias do Interior
Renata Peixoto do Amaral Botelho Silva

Coordenadora administrativa-financeira
Nídia de Matos Nunes

Coordenador de tecnologia da informação
Elienai Amaro de Sousa

Assessora de comunicação
Bianca Felippen





Sumário

Palavra da Defensora Geral // 6

1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional // 8

- 1.1. Descrição geral // 8
- 1.2. Missão e Finalidade // 9
- 1.3. Competência // 9
- 1.4. Estrutura organizacional // 10

2. Estratégias e Planos de Ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades // 11

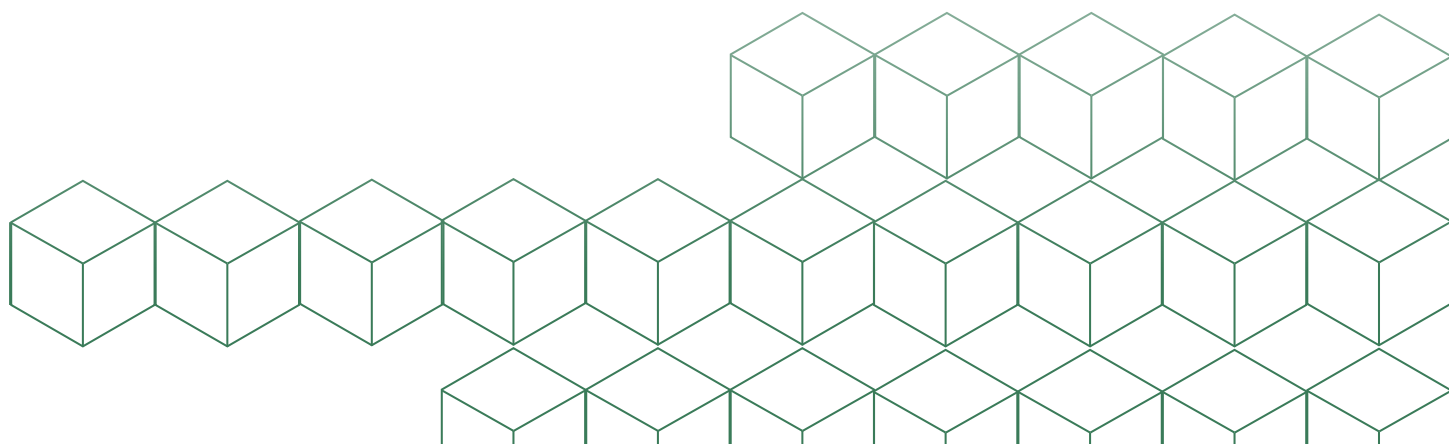
- 2.1. Metodologia // 11
- 2.2. Plano de Atuação // 13
- 2.3. Identidade Organizacional // 15
- 2.4. Estratégias // 16
- 2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores // 17
- 2.6. Orçamento Participativo // 24

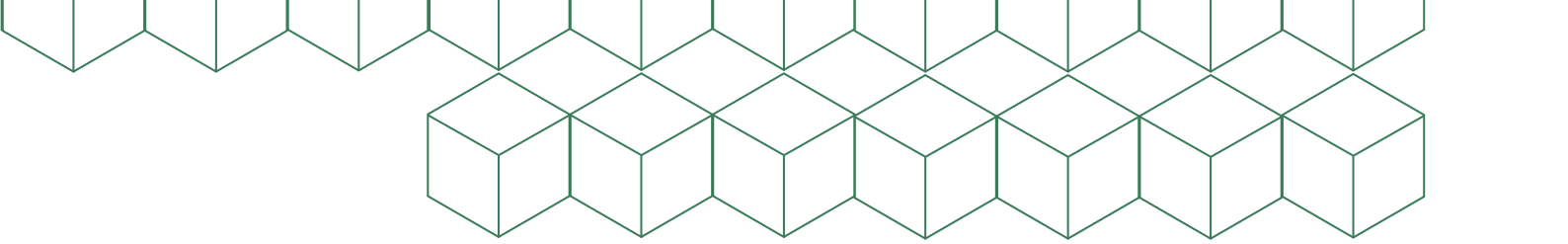
3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infraestrutura e quadro de pessoal // 28

- 3.1. Fontes // 28

4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados // 31

- 4.1. Execução dos programas de governo // 31
- 4.2. Execução dos projetos e atividades // 32





5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações // 34

5.1. Indicadores de Gestão // 34

5.2. Indicadores de Desempenho // 40

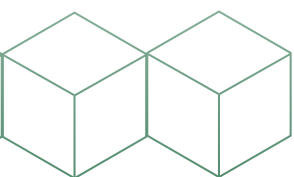
6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso // 42

7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres // 43

8. Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades // 43

9. Conclusão // 44

10. Referências Bibliográficas // 47





Palavra da Defensora Geral

Quantos desafios! Chegar aos 500 dias de pandemia, em meio a gestão à frente da Defensoria Geral, é motivo de alegria, orgulho, alento e fôlego, porque estamos com saúde, porque temos - apesar das dolorosas perdas - mantido nossas portas (virtuais) abertas e encontrando novas oportunidades de resistir e existir na vida de quem mais precisa. Reconhecer os nossos avanços é comemorar a existência desta Defensoria de luta e esperar, como disse Paulo Freire, para que dias melhores cheguem.

João do Cumbe, combativa liderança quilombola do Aracati, também nos lembrou isso no Orçamento Participativo 2021, iniciativa que foi consolidada como Lei: “a Defensoria é um órgão que traz para a população respostas necessárias, apoio e esperança”. É o que precisamos nestes tempos difíceis: esperança. Onde o medo nos avizinha, levamos alento. Onde a vida parece encerrar, levamos direitos aos que ficam. Esperançar nos mantém de pé para dar voz a tantas

pessoas vulnerabilizadas e cumprir a Emenda Constitucional nº 80/2014 onde todos os 184 municípios do Ceará com defensoras e defensores. Crescemos juntos e um novo concurso se avizinha prometendo pintar o Ceará ainda mais de verde.

Em 2021, comemoramos ainda os 24 anos da DPCE e avançamos com a plantão defensorial para mais 19 cidades, no modelo de Defensoria de Apoio Remoto, projeto que amplia a atuação no interior. Instituímos protocolos, parcerias, novos projetos e não paramos. Inserimos a Defensoria nos Comitês, no debate público sobre direitos e seguimos, em diálogo com a sociedade, com litigância estratégica, atuação vigorosa de tutela individual e coletiva de direitos dos mais vulneráveis. O avanço da pandemia da Covid-19 mostrou ainda mais nossa fundamentalidade. A Defensoria avançou, se reinventou e promoveu o acesso à justiça, através de soluções extrajudiciais, atendimentos remotos, acesso à saúde e diálogos por políticas públicas.

Entre os avanços legislativos, destaco a lei que permitiu nomear novos defensores, a lei de criação do Diário Oficial da Defensoria e a aprovação da Emenda Constitucional que garantiu a desoneração do custeio da instituição, a chamada PEC da Defensoria. Esta que é a 'menina dos olhos' deste período, porque graças a ela conseguimos seguir crescendo e fortalecendo a instituição.

A Defensoria em 2021 ultrapassou a marca de 1,1 milhão de atuações. Número este que, por si só, evidencia o quanto a pandemia ampliou o espectro de vulnerabilidades e o quanto somos uma instituição essencial ao povo cearense. Número também que registra o empenho da gestão e de cada defensora, defensor, colaborador e estagiário para vencer as intempéries e entregar acesso à justiça em todos os seus formatos.

Dito isso, reconheço todo o esforço nestes tempos adversos, em que foi preciso encontrar meios e aquecer o acesso à justiça para todos

e todas. Enquanto instituição, demos passos largos em protagonismo e resistência. Ainda tem muito por vir e fazer. Gosto muito da tríade destas três palavras juntas: diálogo, construção e luta para que a balança da justiça seja de fato isonômica, equilibrada e justa.





1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional

1.1. Descrição geral

A criação do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP adveio por meio da Lei nº 13.180/2001 com o escopo de destinar os recursos para apoiar em caráter supletivo os programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Instituição.

A Lei nº 15.490/2013 alterou o art. 2º da mencionada legislação dispondo o que se compreende como “programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará”:

“o conjunto de ações relativas à consecução e manutenção das suas atribuições, a realização de despesas correntes, de capital e de custeio, inclusive qualificação e aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e servidores, verbas indenizatórias, aparelhamento administrativo, a aquisição de instalações e a ampliação da capacidade de instalação do Órgão e outras aplicações previamente autorizadas pelo Defensor Público-Geral, de interesse da Instituição.” (NR)

Importante registrar ainda, que a citada Lei 15.490/2013 além de redefinir o “programa de trabalho”, também acrescentou, como fonte de receita, os 5% (cinco por cento) do valor de emolumentos e custas extrajudiciais incidentes sobre todos os atos praticados pelo Serviços Notariais e de Registros.

Assim, após a nova fonte de receita e tendo em vista a necessidade de gerir também a nova fonte de receita, foi editada a Instrução Normativa nº 9/2014,

publicada no DOE nº 217, no dia 19 de novembro de 2014, que, passou a prever, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Ceará, o Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro (COGAOF).

1.2. Missão e Finalidade

Os recursos do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - FAADEP se destinam a apoiar em caráter supletivo os programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela DPGE, agregam um conjunto de ações na consecução de suas atribuições, inclusive pessoal, no que se refere à qualificação profissional.

1.3. Competência

Conforme o artigo 1º e 2º da Lei 13.180 de 26 de dezembro de 2001, o Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará - FAADEP, cujos recursos se destinam a apoiar, em caráter supletivo, os programas de trabalho por ela desenvolvidos ou coordenados.

Consoante já mencionado, compreende-se como programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará, o conjunto de ações relativas à consecução e manutenção das suas atribuições, a realização de despesas correntes, de capital e de custeio, inclusive qualificação e aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e servidores, verbas indenizatórias, aparelhamento administrativo, a aquisição de instalações e a ampliação da capacidade de instalação do Órgão e outras aplicações previamente autorizadas pelo Defensor Público-Geral, de interesse da Instituição.





1.4. Estrutura organizacional

Em 2014 foi editada a Instrução Normativa nº 9/2014, que, passou a prever, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Ceará, o Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro (COGAOF)

O art. 4º da Instrução Normativa nº 9/2014, publicada no DOE nº 217, no dia 19 de novembro de 2014, alterada pela IN nº 11/2015, publicada no DOE nº 040, em março de 2015, estabelece que o COGAOF (Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro) será composto pelos seguintes membros: I – Secretário Executivo; II – Assessor de Planejamento e Controle; III – Assessor de Desenvolvimento Institucional; IV – Assessor de Projetos; V – Coordenador Administrativo Financeiro.

O §1º do mesmo dispositivo do referido diploma legal (IN nº 09/2014) define que o COGAOF será coordenado pelo Secretário Executivo da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.



2. Estratégias e Planos de Ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades

2.1. Metodologia

Dentro dos princípios da continuidade administrativa, da impessoalidade e da eficiência manteve-se como ferramenta de gestão estratégica a metodologia dos “Indicadores Balanceados de Desempenho” (“Balanced Scorecard” - BSC).

O BSC, desenvolvido em 1992 pelos professores da Harvard Business School (HBS) Robert Kaplan e David Norton, desdobra os objetivos estratégicos, a visão e a missão da organização em indicadores de desempenho para monitoramento estratégico.

O BSC é estruturado em perspectivas organizacionais que refletem o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências, entre as perspectivas interna e externa de desempenho.

Este conjunto abrangente de medidas serve de base para o sistema de medição e gestão estratégica por meio do qual o desempenho organizacional é mensurado de maneira equilibrada sob as quatro perspectivas.

Entretanto, e face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública, revisou-se parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo BSC, adotando-se as perspectivas:

- **Usuário e Sociedade (perspectiva dos clientes):** está intimamente ligada à visão da instituição e a forma com que esta desenvolve relações institucionais com seus usuários e a sociedade em geral. Sua proposta é monitorar a maneira pela qual a instituição entrega o serviço ao usuário e contribui para a sociedade,





definindo indicadores de satisfação e trabalhando em cima dos resultados relacionados ao mesmo;

- **Estruturante (perspectiva dos processos internos):** relaciona-se com a identificação de processos críticos para a realização dos objetivos das demais perspectivas. No presente planejamento foca-se nos processos necessários a plena estruturação dos serviços prestados, em especial a implementação da autonomia, a expansão dos serviços prestados e o aprimoramento da eficiência das práticas administrativas adotadas;

- **Desenvolvimento Institucional (perspectiva do aprendizado e crescimento):** consiste no desenvolvimento de objetivos e medidas para garantir o desenvolvimento institucional da Defensoria Pública, em especial para o cumprimento da obrigação constitucional de ampliação do acesso à justiça. Liga-se diretamente ao investimento em recursos humanos, sistemas, equipamentos, infraestrutura e capacitação e formação profissional dos seus membros e colaboradores;

- **Orçamentária (perspectiva financeira):** prestigia tanto a aplicação eficiente e transparente dos recursos financeiros destinados a Defensoria Pública como o incremento das destinações orçamentárias à mesma, de forma a garantir o tratamento isonômico da Defensoria Pública em relação às demais instituições do sistema de justiça.

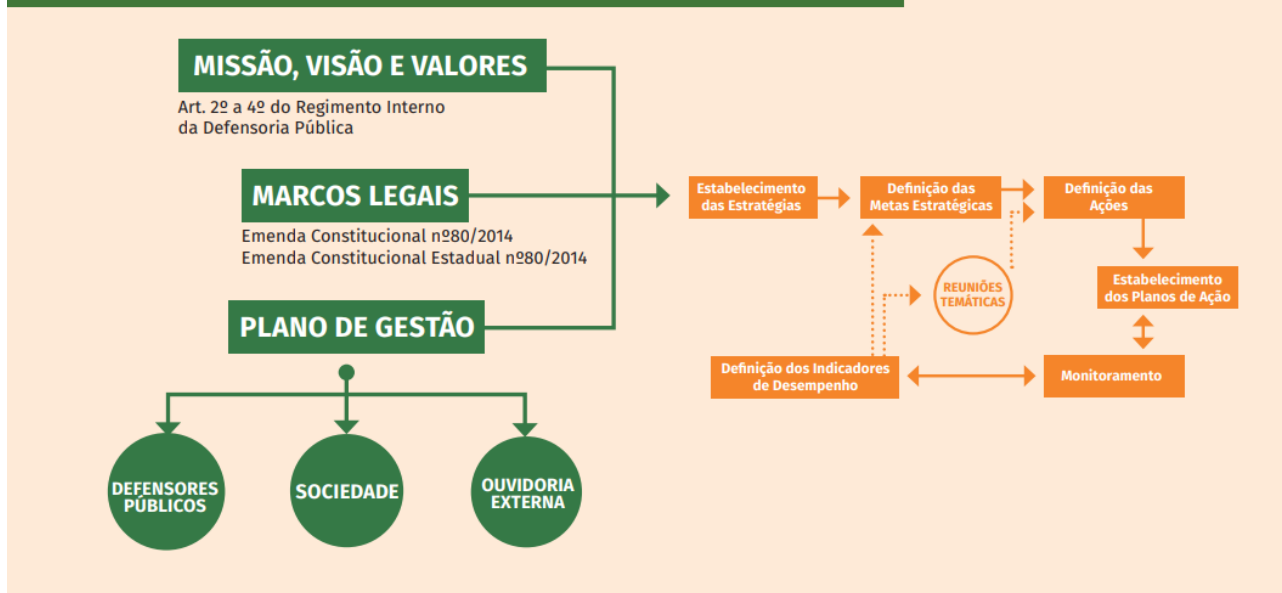
As perspectivas acima encontram-se inter-relacionadas, estabelecendo-se estratégias, ações e indicadores que assegurem o atingimento dos objetivos traçados.

Conforme orienta o BSC, as estratégias, ações e indicadores foram agrupados, em uma relação de causa e efeito com as perspectivas, em um Mapa Estratégico correlacionado com a Missão, Visão e Valores da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por fim detalha-se as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis em uma Matriz de Projetos, Metas e Indicadores.



Fluxo de trabalho utilizado para a elaboração do presente plano de atuação



O resultado final desenvolvido foi o conjunto de Estratégias, Metas, Ações ou Projetos, Planos de Ação e Indicadores que densificaram o presente Plano de Atuação.

2.2. Plano de Atuação

O grande desafio para o presente Plano de Atuação foi a compatibilização entre a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará (esta definida e normatizada pelos artigos 2º ao 4º do Regime Interno da Defensoria Pública do Estado do Ceará), os marcos legais constitucionais (os quais impõe um extenso rol de obrigações à instituição, em particular a expansão de seus serviços como forma de ampliação do acesso à justiça) e o Plano de Gestão construído pela Defensora Pública Geral do Estado por ocasião de seu processo de escolha em conjunto com os demais membros da carreira, sociedade civil e ouvidoria externa.



Em um primeiro momento cortejou-se os marcos legais constitucionais com a própria Identidade Organizacional da Instituição, verificando a necessidade ou não de alguma redefinição desta última face as novas obrigações constitucionais (em especial a autonomia plena e a necessidade de provimento de serviços a todas as unidades jurisdicionais).

Após verificar-se que a plena compatibilidade da atual Identidade Organizacional com as novas obrigações constitucionais, e em consonância com a mesma, o Plano de Gestão retromencionado foi utilizado para a concepção das Estratégias, Ações ou Projetos, Metas e Indicadores apresentadas no presente Plano de Atuação.

Deste ponto insurgiu a necessidade de, face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública bem como os novos desafios trazidos pelas Emendas Constitucionais citadas, revisar parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo modelo BSC.



Remodelando-se estas perspectivas organizacionais, as estratégias e metas foram desenvolvidas conforme as diretrizes essenciais do Plano de Gestão, gerando-se então o Mapa Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por último, e para a concretização de cada estratégia, concebeu-se ações operacionais a esta associada. Cada ação, por sua vez, possui indicadores de desempenho, prazos de execução e responsáveis; sendo a mesma detalhada através de um plano de ação e o cronograma a este associado

2.3. Identidade Organizacional

A Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará, definida nos artigos 2º a 4º de seu Regimento Interno, refletindo-se em três aspectos:

- **Missão:** é, em essência, o propósito da organização;
- **Visão:** é a direção ou caminho que a instituição pretende percorrer, ou ainda, é o local que a instituição pretende alcançar dentro da sociedade;
- **Valores:** são os princípios comportamentais que a instituição e os seus membros devem adotar no cotidiano de atuação.

Em nome da unidade deste Plano de Atuação, detalha-se a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará:

<p>MISSÃO (art. 2º, RI DPGE)</p>	<p>Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.</p>
<p>VISÃO (art. 3º, RI DPGE)</p>	<p>Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.</p>





VALORES (art. 4º, RI DPGE)

Legalidade, Impessoalidade e Moralidade: obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente ao que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas;

Eficiência e Eficácia: prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir seus objetivos institucionais, de forma plena e efetiva;

Transparência e Publicidade: praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação;

Cooperação: trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados;

Ética: agir com integridade e higidez moral em todas as ações e relações institucionais;

Responsabilidade Socioambiental: adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas;

Inovação: permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis;

Modernização: adotar modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.

Fonte: Planejamento Estratégico 2020-2021

2.4. Estratégias

As estratégias concebidas para o biênio 2020-2021 além de orientarem a Defensoria Pública do Estado do Ceará no cumprimento de sua Missão, buscarão também direcionar a instituição para o cumprimento das obrigações constitucionais trazidas pelas emendas constitucionais já retromencionadas, em especial a implementação da plena autonomia e o amplo acesso à justiça.

Organizou-se as estratégias segundo interconexões de causa e efeito destas com a Missão e Visão da Defensoria Pública do Estado do Ceará, resultando ao final na confecção do Mapa Estratégico do presente plano.

Houve, em relação aos planejamentos anteriores, uma racionalização da quantidade de estratégias adotadas, gerando tanto uma maior eficiência no entendimento do planejamento como uma potencialização da sinergia entre as ações associadas.



Criou-se uma simbologia própria para cada estratégia, que refletiu-se na composição da Matriz de Ações, Metas e Indicadores, criando-se desta forma uma clara correlação entre a estratégia e a ação planejada. Destaca-se ainda que, assim como nos demais biênios contemplados pelo plano de atuação, a Perspectiva Orçamentária (perspectiva financeira) consubstancia-se no pilar central para a execução do planejamento adotado; perpassando todas as demais perspectivas e sendo condição lógica básica das mesmas. Apresenta-se a seguir o Mapa Estratégico concebido para o Plano de Atuação 2020-2021:



2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores

Do Mapa Estratégico montado extraiu-se as 48 (quarenta e oito) Ações ou Projetos que implementarão as estratégias concebidas. Frisa-se que muitas ações ou projetos tem caráter transversal, ou seja, sua realização impacta uma ou mais das estratégias elaboradas.

Por sua vez cada Ação ou Projeto encontra-se associado a um Plano de Ação, o qual detalha as etapas e atividades a serem desenvolvidas, as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e



os responsáveis pela ação. Por fim o conjunto destas informações é utilizado no monitoramento do Plano de Atuação.

Destaca-se ainda a racionalização dos indicadores de desempenho, os quais foram agrupados em categorias segundo a forma de cálculo dos mesmos; procedimento este que geram uma melhor compreensão do seu funcionamento e portanto otimizando os processos de monitoramento.

Ademais, e considerando a transversalidade das Ações ou Projetos com as Estratégias, criou-se indicadores de desempenho para cada Estratégia considerando-se a intensidade do impacto de cada Ação ou Projeto para a estratégia considerada.

Por fim criou-se um indicativo de desempenho para cada perspectiva considerada no Plano de Atuação, este resultante na média dos indicadores de desempenho das Estratégias associadas a cada perspectiva.

Tabela 1 - MATRIZ DE INDICADORES E MONITORAMENTO DOS PROJETOS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DPGE 2020-2021

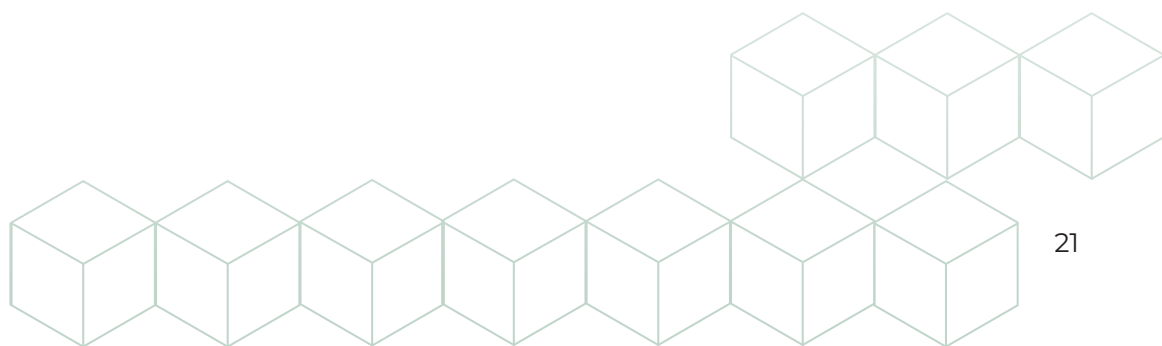
N.	Projeto	Resp.	Ind	Meta	Estratégia	% Exec.
1	Aperfeiçoamento da gestão de Folha de Pagamento	ADINS	IEC	Aperfeiçoamento do Sistema de Folha de Pagamento	ES3 OR2 DI2	33%
2	Continuar a política e institucionalizar o Orçamento Participativo	ARINS	ICO	Envio de minuta de lei com aprovação pela Assembleia tornando obrigatória a prática	OR2 US2	100%
3	Concluir processo de isonomia plena	DPGE	ICO	Envio de projeto de Lei	US1 OR1	0%
4	Aperfeiçoar a Governança e Gestão de TI	COTIN	IEC	Implantar nova Metodologia de Governança de TI	ES3	100%
5	Continuar o exercício da capacidade judiciária	ASJUR	IPE	Elaboração e protocolo de peças processuais de defesa da Instituição	ES1	100%
6	Aumentar a arrecadação do FAADEP	DPGE	IEC	Implantar projetos voltados à arrecadação	OR3	100%

7	Implantar o Estágio de Pós Graduação (Residência Jurídica)	ESDP	ICO	Edital de oferta de vagas	US1	100%
8	Buscar o exercício e a remuneração da atividade cumulativa	DPGE	ICO	Envio de projeto de Lei à Assembleia Legislativa	US1 D11 OR2	100%
9	Aperfeiçoar o Parque tecnológico da Defensoria Pública	COTIN	IEC	Disponibilizar equipamentos de TI à Defensoria Pública	ES3	100%
10	Efetuar a revisão da Lei Orgânica	DPGE	ICO	Envio de Lei à Assembleia Legislativa	D11 US1 ES1	100%
11	Continuar e aperfeiçoar a participação do Fórum Justiça com o escopo de melhor contribuir na democratização do Sistema de Justiça	ARINS	ICO	Inclusão da Defensoria Pública na coordenação do Fórum Justiça	US2 US3	100%
12	Implantar a Plataforma EAD	ESDP	IPE	Capacitação Defensores, Estagiários e Colaboradores	DI2	100%
13	Ampliar e otimizar a cobrança dos cartórios	SEXEC	IEC	Aperfeiçoamento de fluxos, peças e aprimoramento de sistema e Implantação de projetos de arrecadação	OR3	83%
14	Criar o CDI Regionalizado	DPGE	ICO	Destinação de cargos	ES2	100%
15	Realização do Projeto Defensores Populares	ESDP	IPE	Planejamento e execução do projeto	US2	55%
16	Implantação do Novo Data Center	COTIN	IEC	Aquisição de servidores, sistemas e infraestrutura física	ES3	100%
17	Fortalecer a Controladoria Interna	DPGE	IEC	Criar cargo específico e ampliar estrutura, pessoal	US3	67%
18	Fortalecer o setor de cobrança de honorários advocatícios	ASPLAC	IPE	Ampliar pessoal, elaborar peça e desenvolver e implantar soluções tecnológicas, inclusive com RPA e inteligência artificial	OR3	100%



19	Elaborar projeto e executar obra para futuras instalações da nova Central de Atendimento da Defensoria	ASPLAC	IEC	Elaboração de projetos e iniciar execução da obra	US1	100%
20	Fortalecer a ASCOM	DPGE	IEC	Ampliação de pessoal e estrutura	DI3 US3	100%
21	Disponibilizar solução de gestão de processos na Defensoria Pública	ADINS	IEC	Modelar e virtualizar os principais processos administrativos	ES3	33%
22	Fortalecer a Ouvidoria Externa	DPGE	IEC	Envio de projeto de Lei à AL	US2 US1 US3	75%
23	Fortalecer a atuação nos Tribunais Superiores	DPGE	IEC	Ampliar pessoal e destinar cargo	DI1 US1	100%
24	Manter a Posse Popular	ARINS	IPE	Realizar a posse popular de acordo com o ingresso de cada concursado aos quadros da Instituição	US2 US1	100%
25	Implantação de novos sistemas de comunicação telefônica	COTIN	IEC	Implantação da telefonia VOIP	ES3 ORI	100%
26	Ampliar o processo de desoneração do FAADEP	DPGE	IEC	Inclusão na proposta de Lei Orçamentária Anual de mais verbas destinados ao custeio	OR3	100%
27	Melhoria administrativa na gestão de pessoas	ESDP	IEC	Planejamento e cursos e capacitação na área administrativa	DI2	100%
28	Melhoria de disponibilidade de internet (WIFI)	COTIN	IEC	Melhorar o alcance e a segurança da WiFi	ES3 ES2	100%
29	Ampliar o orçamento defensorial	DPGE	ICO	Envio da PLOA 2021 com recursos superiores a LOA 2020	OR2	100%
30	Construção de um Novo Núcleo Defensorial no Bairro João XXIII	ASPLAC	IPE	Elaboração de projetos e execução da obra	US1	74%
31	Aperfeiçoamento do Banco de Petições e Teses	ESDP	IEC	Organização de petições e teses por área de atuação em uma plataforma defensorial	US1 DI3	100%
32	Atualização da legislação da Corregedoria	DPGE	ICO	Envio de Projeto de Lei	US1	0%
33	Fortalecer o estágio defensorial	NUEST	IPE	Aumento do número de estagiários e capacitação	US1	100%

34	Manter a atualização do Auxílio Alimentação	DPGE	ICO	IN de aumento	OR2	100%
35	Continuar a dar ampla divulgação das deliberações e decisões do CONSUP, bem como virtualizar todos os processos, buscando a aproximação do(a) Defensor(a)	ASPLAC	IEC	Publicidade dos atos	US3 ES3	50%
36	Buscar e acompanhar a divulgação de projetos emblemáticos a fim de valorizar a atuação do(a) Defensor(a)	ASPLAC	IEC	Acompanhamento de atuações estratégicas e/ou projetos nos diversos órgãos defensoriais	DI2 US1	100%
37	Desenvolver soluções tecnológicas para otimização das atividades da Defensoria	COTIN	IEC	Implantar novas soluções tecnológicas na Defensoria	ES3	100%
38	Ampliar a defesa das prerrogativas dos Defensores Públicos	SEXEC	IEC	Implementação da comissão de prerrogativas	US1	100%
39	Promover e facilitar a interlocução entre os Defensores Públicos	CDC/ CDI	IPE	Promoção de 10 Encontros de Facilitação	DI3	100%
40	Continuar e ampliar a realização de plenárias para discutir temas Institucionais	DPGE	IPE	Promoção de Plenárias, sendo o mínimo de 1 por ano	DI3	100%
41	Buscar a nomeação de mais Defensores Públicos, fortalecendo a atuação defensorial	DPGE	IPE	Nomeação dos últimos candidatos aprovados no concurso	DI1 ES2	100%
42	Criar Forças Tarefas de Apoio aos Defensores públicos da Capital e Interior	CDC/ CDI	IPE	Criação de 04 Forças Tarefas	US1	100%
43	Aprimorar o atendimento itinerante da Defensoria Pública na Capital e no Interior	ARINS	IPE	Realização de 10 ações por ano	DI1	80%



44	Garantir a defesa da ofendida no Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Juazeiro do Norte	DPGE	ICO	Atuação de Defensor(a) Público(a)	DI1	100%
45	Fortalecer a política de comunicação	ASCOM	IEC	Fortalecimento da comunicação interna e externa	DI3 US3	100%
46	Elaboração de Novo Concurso Público para Defensores Públicos	DPGE	ICO	Abertura de Edital	DI3	0%
47	Expansão, reformas e aparelhamento de sedes defensoriais	ASPLAC	IEC	Providenciar aluguéis, reformas e aparelhamento de sedes	ES2 US1	100%
48	Alterar a Lei do Plantão para a atuação defensorial nos feriados	DPGE	ICO	Envio de Projeto de Lei	DI1	0%
Percentual médio de execução						84,4%

Fonte: Planejamento Estratégico 2020-2021 e DASHBOARD de Dezembro de 2021

SIGLAS:

ADINS - Assessoria de Desenvolvimento Institucional

ARINS - Assessoria de Relacionamento Institucional

ASCOM - Assessoria de Comunicação

ASJUR – Assessoria Jurídica

ASPLAC - Assessoria de Planejamento e Controle

CDC - Coordenadoria das Defensorias da Capital

CDI - Coordenadoria das Defensorias do Interior

COTIN - Coordenadoria de Tecnologia da Informação

DPGE - Defensoria Pública Geral do Estado

ESDP - Escola Superior da Defensoria Pública

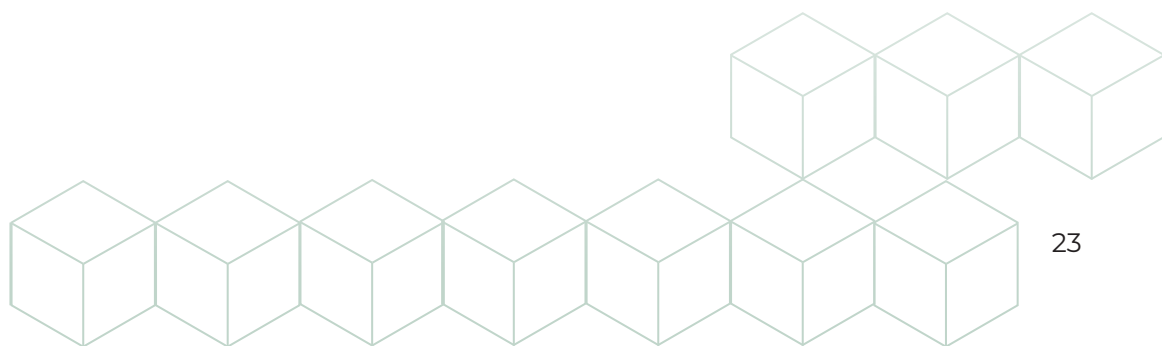
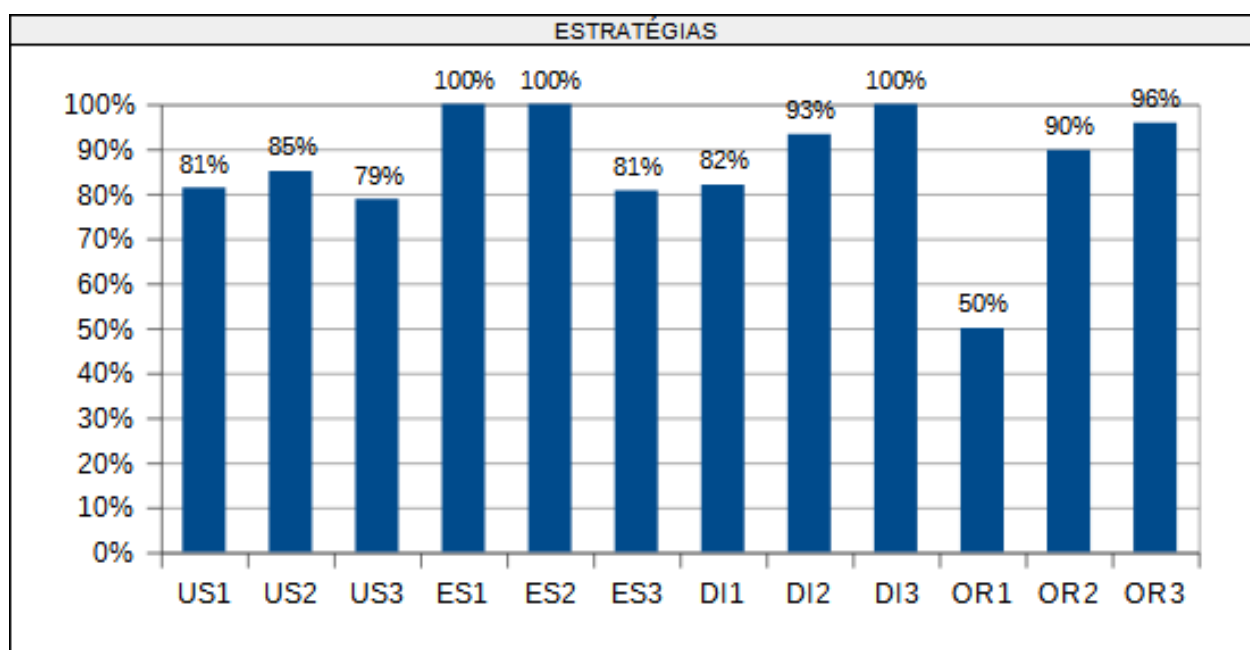
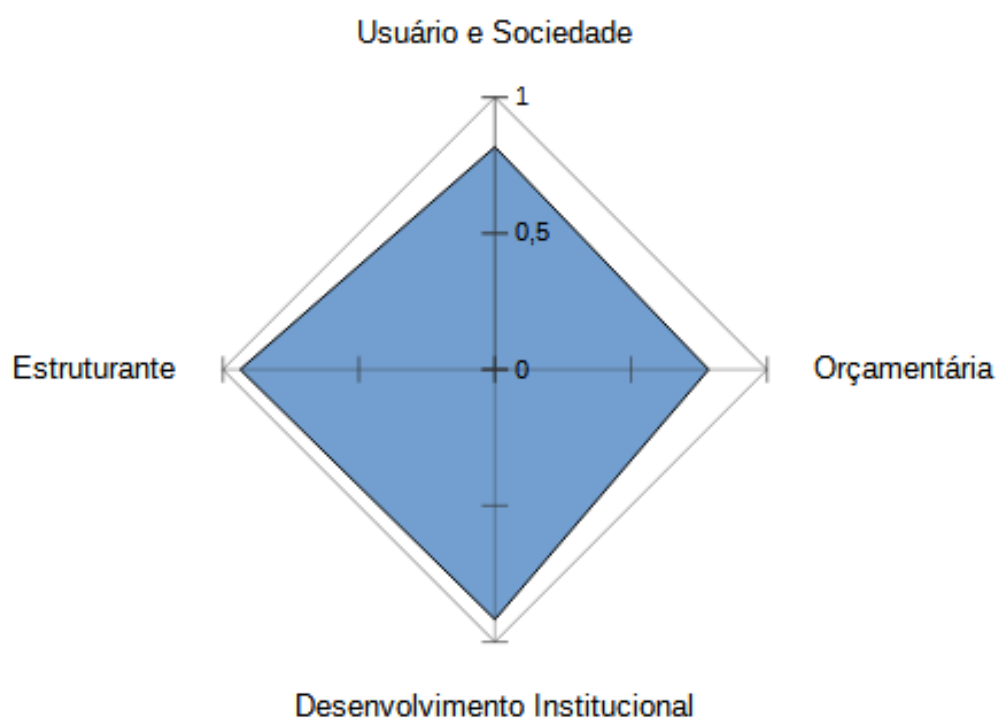
NUEST - Núcleo de Estágio

ICO - Índice de Conclusão Objetiva

IEC - Índice de Etapa Concluída

IPE - Índice Percentual

De acordo com o desenvolvimento dos projetos é realizado um acompanhamento das perspectivas do *BalancedScoreCard* (BSC):





2.6. Orçamento Participativo

O art. 4º da PLDO estabelece que a elaboração da Lei Orçamentária Anual, bem como sua execução, serão pautadas na premissa da participação cidadã, prevista no Plano Plurianual 2020-2023.

Diante disso, no ano de 2021, com o intuito de aproximar-se cada vez mais da sociedade civil, estimular a consciência cidadã, a educação em direitos, ampliar os processos democráticos no sistema de justiça, bem como identificar e priorizar ações que traduzam o anseio da população, proporcionando melhor qualidade e eficiência nos seus serviços, em atuação pioneira, a Defensoria Pública realizou, o VI Orçamento Participativo da Instituição, de forma virtual, abrindo o Planejamento de 2022 aos seus assistidos.

A construção do Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Estado do Ceará obteve ampla participação popular, notadamente em consulta pública disponibilizada no site da instituição, contando com 752 manifestações, entre Consulta Pública e manifestações na D. Dedé. A fase seguinte a essa consulta, é a realização das audiências públicas, este ano o ciclo iniciou com a audiência pública do Sertão de Sobral e regiões, de forma remota (formato seguido por todas as demais, considerando o momento de distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19) contou com a participação de 76 pessoas, sobretudo pessoas de terreiro, negros e negras, pessoas da população LGBTQIA+. Em seguida foi realizada a audiência pública da Região do Sertão Central que contou com a participação de professores e universidades parceiras nos núcleos de atendimento inicial da Defensoria Pública, sendo que maior sugestão foi a reestruturação da sede da Defensoria na cidade de Quixadá, com 35 participantes.

A 3ª audiência pública se deu com a participação das pessoas da Região do Vale do Jaguaribe e Litoral Leste, momento que foi ressaltada a parceria com a DPU para resoluções que questões que envolve os direitos de quilombolas (notadamente ao acesso a prioridade da vacina) e contamos com a participação de 55 pessoas.

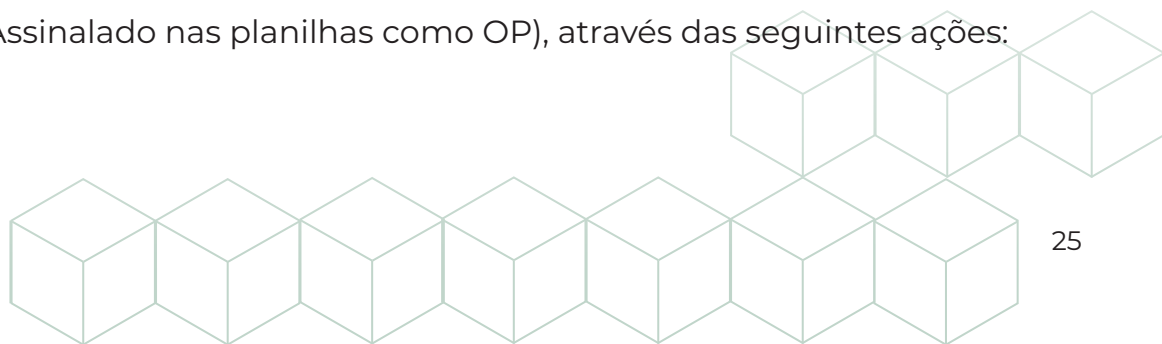
A 4ª audiência aconteceu para movimentos e sociedade civil da Região do Cariri e Centro do Sul do Estado, 45 representantes da sociedade civil e movimentos estavam presentes, a reivindicação mais enfática foi de atendimento às pessoas em situação de cárcere e a importância de ser instalado núcleo de execuções penais naquela região.

A 5ª audiência aconteceu na Região do Sertão de Inhamuns Crateús e foi um momento sublime, tendo em vista que boa parte da participação foi de mulheres de comunidades rurais que tomaram conhecimento, pela primeira vez, do atendimento da Defensoria Pública, 37 pessoas presentes e a sexta e última audiência pública aconteceu para a Região Metropolitana de Fortaleza e movimentos reforçaram a importância do momento como forma de garantia a democracia e de que a Ouvidoria e o Orçamento Participativo são instrumentos indispensáveis para garantia da cidadania de assistidos e assistidas, estando 74 pessoas presentes

Importante frisar que as propostas elencadas em consulta pública foram condensadas em um formulário com 14 propostas a serem discutidas com a população, em formulário virtual reforçando a imprescindibilidade da participação política, proporcionando uma compreensão mais efetiva das necessidades da ampla parcela da população que depende dos serviços da Defensoria Pública para ter acesso ao Judiciário e a outros mecanismos de promoção de acesso à Justiça.

Vale salientar que a Defensoria Pública do Ceará é a primeira Instituição do Sistema de Justiça Cearense a abrir suas portas para a construção coletiva de suas políticas e ações. O orçamento anual da Instituição representa uma importante ferramenta para a concretização desta política participativa, quando aos cidadãos é dada a prerrogativa de participar de maneira efetiva das destinações das metas e ações.

Dessa forma, quando da elaboração da PLOA, foram consolidadas as demandas trazidas pela população cearense durante a realização do Orçamento Participativo (Assinalado nas planilhas como OP), através das seguintes ações:





1)	Instalar núcleo de Execuções Penais no Cariri e na Região de Sobral;
2)	Ampliar o número de Defensores, ocupando os cargos vagos, em cumprimento da Emenda nº 80/2014;
3)	Fortalecer os Núcleos de Defesa da Mulher e suas equipes multidisciplinares, assim como a atuação de educação em direitos humanos (trabalhando o enfrentamento à violência contra a Mulher) que, se possível, seja itinerante em escolas e demais espaços;
4)	Facilitar os canais de atendimento com os(as) Defensores(as) seja por meio de atendimento remoto (whatsapp, videoconferência, telefone) considerando os vulneráveis digitais;
5)	Descentralizar o atendimento da Defensoria Pública, se possível garantindo um Núcleo da Defensoria em cada Regional de Fortaleza;
6)	Fortalecimento do Núcleo de Moradia;
7)	Melhoria das condições de atendimento e infraestruturais para Defensores(as) e Assistidos(as) nos núcleos do interior do Estado;
8)	Criar laboratório de inovação no Âmbito da Defensoria Pública;
9)	Fortalecimento da Comunicação da Defensoria, sobretudo nas Redes Sociais;

Formulário - Orçamento Participativo 2021



22/04/2022

Propostas Prioritárias

5. *

(Pode marcar mais de uma resposta)


Marque todas que se aplicam.

- Fortalecer os Núcleos de Defesa da Mulher e suas equipes multidisciplinares, assim como a atuação de educação em direitos humanos (trabalhando o enfrentamento à violência contra a Mulher) que, se possível, seja itinerante em escolas e demais espaços;
- Descentralizar o atendimento da Defensoria Pública, se possível garantindo um Núcleo da Defensoria em cada Regional de Fortaleza;
- Ampliar o número de Defensores, ocupando os cargos vagos, em cumprimento da Emenda nº 80/2014;
- Facilitar os canais de atendimento com os(as) Defensores(as) seja por meio de atendimento remoto (whatsapp, videoconferência, telefone) considerando os vulneráveis digitais;
- Melhoria das condições de atendimento e infraestruturais para Defensores(as) e Assistidos(as) nos núcleos do interior do Estado;
- Instalar núcleo de Execuções Penais no Cariri e na Região de Sobral;
- Fortalecer o projeto Defensoria em Movimento, garantindo, sobretudo o atendimento às comunidades tradicionais, bairros com baixo IDH e para pessoas que não podem contar com o serviço defensorial em seu município;
- Ampliar o horário de atendimento da defensoria, sobretudo nas cidades do interior do Estado;
- Fortalecimento do Núcleo de Moradia;
- Fortalecimento da Comunicação da Defensoria, sobretudo nas Redes Sociais;
- Ampliar as ações e atividades da Escola Superior da Defensoria Pública, permitindo e oferecendo capacitações não só para Defensores(as) como também para colaboradores(as), estagiários(as) e público externo;
- Realizar encontros regionais da Defensoria, em parceria com universidades, organizações da sociedade civil e demais órgãos do sistema de justiça, ampliando a divulgação e equipe da Ouvidoria Externa da Defensoria;
- Criar laboratório de inovação no Âmbito da Defensoria Pública;
- Criação do núcleo de conflitos agrários.
- Outro: _____

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

https://docs.google.com/forms/d/19YgxuQeRNlcwCqn0jXjdOmfzL_r7mL1HGDKLoXzYO9A/edit



3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infraestrutura e quadro de pessoal

3.1. Fontes

A fonte existente no orçamento de 2021 do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará é:

a) 70 – Recursos Diretamente Arrecadados: Responsável pelas despesas de custeio e alguns investimentos;

Os recursos do FAADEP são oriundos de 12% do FERMOJU e pelos 5% do EMOLUMENTOS, previstos no art. 3º, da Lei 12.642, de 4 de dezembro de 1996, e Lei 14.247, de 19 de novembro de 2008 e pela Lei nº 15.490, de 27 de dezembro de 2013, estabelece a forma de repasse de 5% (cinco por cento) do valor de emolumentos e custas extrajudiciais incidentes sobre todos os atos praticados pelos Serviços Notariais e de Registros, a ser recolhido pelos respectivos Delegatários dos Serviços Notariais e Registrais ao Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP.

O FERMOJU (Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará) é um órgão do Poder Judiciário criado por Lei. Suas ações são amparadas por Lei e Normas Administrativas. Através do recolhimento das taxas, o FERMOJU promove a Modernização e o Reparelhamento do Poder Judiciário do Estado do Ceará, permitindo, assim, à sociedade o acesso mais justo e democrático a este Poder. (Fonte: <http://www.tjce.jus.br/fermoju/o-que-e-fermoju/> em 29/05/2017 às 10:31)

Emolumentos são taxas remuneratórias de serviços públicos, tanto notarial, quanto de registro, configurando uma obrigação pecuniária a ser paga pelo

próprio requerente. (Fonte: <http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/997/Emolumentos> em 29/05/2017 às 10:33)

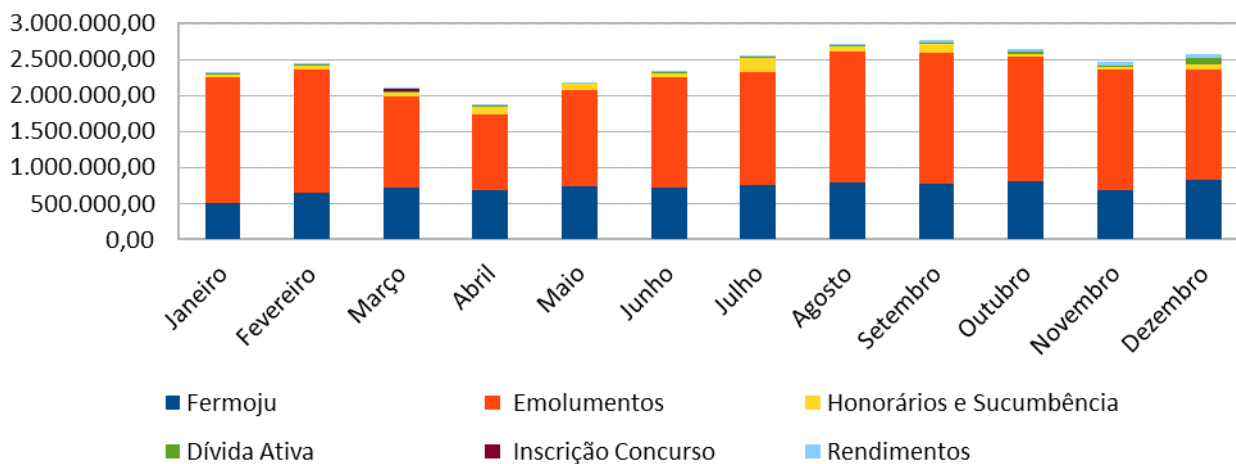
Tabela 2 - QUADRO DE FONTES

Cód.	Descrição	Lei	Lei+Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
2.70.00	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	25.144.250,00	25.144.250,00	23.121.470,09	91,96
6.70.00	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	25.144.250,00	3.935.902,86	98,40
Total		25.144.250,00	29.144.250,00	27.057.372,95	98,40

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220418155446\[k5kugyv22f4oosz54yoq4xc\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220418155446[k5kugyv22f4oosz54yoq4xc].PDF) em 18/04/2022 às 15:54

Os recursos orçamentários do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará – FAADEP, constarão no orçamento geral do Estado do Ceará. O Fundo contribuiu com o valor de R\$ 28.922.405,51, sendo R\$ 8.673.685,05 referentes ao FERMOJU, R\$ 18.754.041,65 referente aos EMOLUMENTOS, R\$ 921.461,04 referente aos HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, R\$ 280.295,54 referente a DÍVIDA ATIVA, R\$ 46.041,00 referente a Inscrição em Concurso e R\$ 246.881,23 referente a REDIMENTOS.

Arrecadação por Fonte



Fonte: Gerência Financeira DPGE em 07/01/2022

Tabela 3 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Fonte por mês	Fermento	Emolumentos	Honorários e Sucumbência	Dívida Ativa	Inscrição Concurso	Rendimentos	Total
Janeiro	512.989,73	1.742.324,59	36.716,35	15.292,06	0,00	693,78	2.308.016,51
Fevereiro	656.469,57	1.700.545,90	56.820,29	21.351,45	0,00	845,40	2.436.032,61
Março	713.926,35	1.270.036,23	50.209,33	13.922,12	45.761,00	3.310,52	2.097.165,55
Abril	689.775,75	1.052.570,04	97.699,33	20.208,20	280,00	5.750,55	1.866.283,87
Mai	734.964,36	1.339.745,92	81.891,83	11.680,67	0,00	10.514,71	2.178.797,49
Junho	728.474,98	1.517.923,52	54.368,11	19.851,12	0,00	14.155,36	2.334.773,09
Julho	747.421,47	1.578.146,32	190.021,06	14.605,56	0,00	18.264,34	2.548.458,75
Agosto	795.652,67	1.809.529,59	70.678,03	19.335,05	0,00	26.366,43	2.721.561,77
Setembro	765.440,18	1.828.463,25	115.999,02	20.710,71	0,00	30.087,35	2.760.700,51
Outubro	807.810,62	1.730.803,71	40.953,38	30.973,28	0,00	36.847,28	2.647.388,27
Novembro	688.231,30	1.665.257,05	41.946,80	16.443,14	0,00	48.018,27	2.459.896,56
Dezembro	832.528,07	1.518.695,53	84.157,51	75.922,18	0,00	52.027,24	2.563.330,53
Total	8.673.685,05	18.754.041,65	921.461,04	280.295,54	46.041,00	246.881,23	28.922.405,51

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20220419110822\[cvdljsnacmzg5gqilfatavae\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20220419110822[cvdljsnacmzg5gqilfatavae].PDF) em 19/04/2022 às 11:09

4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados

4.1. Execução dos programas de governo

Tabela 4 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
211	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	25.007.171,00	23.711.426,34	94,82
511	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	4.137.079,00	3.345.946,61	80,88
Total		29.144.250,00	27.057.372,95	92,84

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220502145126\[c0f4ub0ccoioipw4edgvgjtkx\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220502145126[c0f4ub0ccoioipw4edgvgjtkx].PDF) em 02/05/2022 às 14:54

Tabela 5 – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

	Descrição	Empenhado(E)	Pago (P)	% P/E
211	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	25.007.171,00	23.175.149,78	92,67
511	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	4.137.079,00	3.193.104,91	77,18
Total		29.144.250,00	26.368.254,69	90,47

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220502145126\[c0f4ub0ccoioipw4edgvgjtkx\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220502145126[c0f4ub0ccoioipw4edgvgjtkx].PDF) em 02/05/2022 às 14:54



4.2. Execução dos projetos e atividades

O detalhamento da despesa em questão, em nível de elemento de despesa, projeto atividade e projeto de investimento, encontra-se nos quadros abaixo.

211 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ

Tabela 6 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 211

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
211	20265	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - FAADEP.	24.559.897,00	23.286.103,27	94,81
211	20846	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - FAADEP	447.274,00	425.323,07	95,09
Total			25.007.171,00	23.711.426,34	94,82

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220509164308\[3qq2dvwgczd32vn35vbmwyha\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220509164308[3qq2dvwgczd32vn35vbmwyha].PDF) em 09/05/2022 às 16:43

Tabela 7 – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 211

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
211	20265	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - FAADEP.	23.286.103,27	23.090.426,18	99,16
211	20846	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - FAADEP	425.323,07	84.723,60	19,92
Total			23.711.426,34	23.175.149,78	97,74

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220509164308\[3qq2dvwgczd32vn35vbmwyha\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220509164308[3qq2dvwgczd32vn35vbmwyha].PDF) em 09/05/2022 às 16:43

511 – PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA**Tabela 8 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 511**

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
511	20101	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP	3.572.571,00	3.235.752,91	90,57
511	20102	PROMOÇÃO DA MELHORIA CONTÍNUA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	564.508,00	110.193,70	19,52
Total			4.137.079,00	3.345.946,61	80,88

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220509164308\[3qq2dvwgczd32vn35vbmwyha\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220509164308[3qq2dvwgczd32vn35vbmwyha].PDF) em 09/05/2022 às 16:43

Tabela 9 – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 511

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
511	20101	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP	3.235.752,91	3.151.212,91	97,39
511	20102	PROMOÇÃO DA MELHORIA CONTÍNUA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	110.193,70	41.892,00	38,02
Total			3.345.946,61	3.193.104,91	95,43

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220509164308\[3qq2dvwgczd32vn35vbmwyha\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20220509164308[3qq2dvwgczd32vn35vbmwyha].PDF) em 09/05/2022 às 16:43



5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações

Metas Físicas e Financeiras

A aferição das metas físicas e financeiras, obedecem a verticalização dos instrumentos de planejamento, desde o objetivo estratégico, passando pela ação de governo propriamente dita, programas contemplados, e por fim, os indicadores de resultados.

Portanto, o cumprimento da meta em si, depende muitas vezes de fatores condicionantes que norteiam o sistema estadual de planejamento e nem sempre o planejamento setorial.

5.1. Indicadores de Gestão

QUANTIDADE DE DEFENSORES POR MÊS

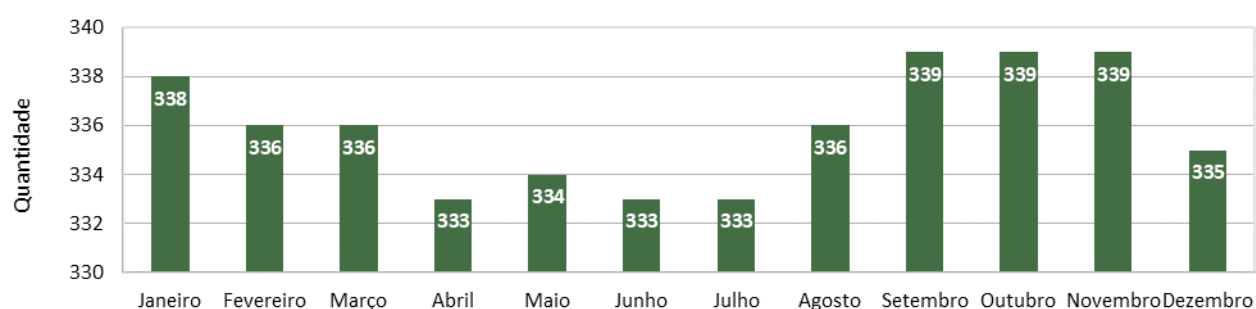


Tabela 10 – QUANTIDADE DE DEFENSORES EM ATIVIDADE-FIM

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
QUANTIDADE	338	336	336	333	334	333	333	336	339	339	339	335

Fonte: Dados obtidos através do METABASE (*Business Intelligence*) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 09/06/2021. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro á Dezembro de 2021.

Tabela 11 – GESTÃO POR RESULTADOS

ATIVIDADE	NÚCLEO	FONTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PROCEDIMENTOS	CAP+INTERIOR	ND + SIC + SIRDP + SOLAR	530.635	682.799	738.278	780.234	757.065	634.526	734.297
ACOLHIMENTOS	2 GRAU	ND	0	0	0	0	0	1.561	12.602
ACOLHIMENTOS	ACARAÚ	ND	0	0	0	0	0	242	1.195
ACOLHIMENTOS	ACOLHE	ND	0	0	0	0	96	545	66
ACOLHIMENTOS	ALO DEFENSORIA	ND	17.523	18.562	14.884	8.315	10.490	16.913	23.856
ACOLHIMENTOS	AQUIRAZ	ND	0	0	0	0	0	626	387
ACOLHIMENTOS	ARACATI	ND	0	0	1.920	0	0	1.420	8.252
ACOLHIMENTOS	BARBALHA	ND	0	0	0	0	0	264	107
ACOLHIMENTOS	BEBERIBE	ND	0	0	0	0	0	53	735
ACOLHIMENTOS	CAMOCIM	ND	0	0	0	0	0	52	26.810
ACOLHIMENTOS	CAUCAIA	ND	0	15.965	19.985	19.872	15.334	7.750	16.280
ACOLHIMENTOS	CÍVEL	ND	0	12.781	15.345	17.926	17.324	5.506	4.514
ACOLHIMENTOS	CONSUMIDOR	ND	0	0	0	0	0	1.912	1.476
ACOLHIMENTOS	CRATEÚS	ND	0	0	0	0	6	0	8.706
ACOLHIMENTOS	CRATO	ND	0	0	0	0	0	6.025	17.258
ACOLHIMENTOS	CRIMINAL	ND	0	0	23	161	565	11.897	0
ACOLHIMENTOS	DEF EM MOV	OUTROS	0	0	0	0	1.143	0	24.563
ACOLHIMENTOS	DONA DEDE	DONA DEDE	0	0	0	0	0	16.092	43.674
ACOLHIMENTOS	FAMÍLIA	ND	0	34.441	43.080	41.217	39.784	11.646	6.472
ACOLHIMENTOS	FAZENDA PUB	ND	0	0	0	0	0	2.687	104
ACOLHIMENTOS	HORIZONTE	ND	0	0	0	0	0	45	2.626
ACOLHIMENTOS	IDOSO	ND + SGA	0	0	0	7.388	7.770	2.148	6.994
ACOLHIMENTOS	IGUATU	ND	0	0	0	0	0	882	1.482
ACOLHIMENTOS	IPU	ND	0	0	0	0	0	192	10.686
ACOLHIMENTOS	JOAO XXIII	ND	0	0	736	6.560	6.641	7.844	20.795
ACOLHIMENTOS	JUAZEIRO DO NORTE	ND	2.826	1.729	226	0	3.562	8.932	2.316
ACOLHIMENTOS	JUIZADOS ESPECIAIS	ND	0	0	0	0	0	849	8.037

ACOLHIMENTOS	MARACANAÚ	ND + SGA	0	0	908	7.620	10.084	2.667	1.903
ACOLHIMENTOS	MARANGUAPE	ND	0	0	0	0	1.443	399	301
ACOLHIMENTOS	MORADA NOVA	ND	0	0	0	0	0	45	3.879
ACOLHIMENTOS	MUCURIBE	ND	0	0	0	0	216	1.358	3.981
ACOLHIMENTOS	NADIJ	ND	0	0	776	1.459	1.559	2.613	0
ACOLHIMENTOS	NÃO INFO	-	0	0	0	0	0	12.715	24.641
ACOLHIMENTOS	NAPI	ND + SGA	41.424	63.658	74.595	47.834	41.621	13.540	0
ACOLHIMENTOS	NDHAC	-	0	0	0	0	0	1.525	3.722
ACOLHIMENTOS	NUAJA	ND	0	0	0	0	0	1.043	4.039
ACOLHIMENTOS	NUAPP	SIC	0	0	0	0	0	2.623	0
ACOLHIMENTOS	NUDECON	-	0	0	0	3.449	3.567	0	8.472
ACOLHIMENTOS	NUDEM	ND	0	0	3.983	0	0	3.005	24.061
ACOLHIMENTOS	NUDEP	SIC	0	0	14.476	15.625	16.619	32.189	23.542
ACOLHIMENTOS	NUDESA	ND + SGA	0	0	0	10.985	11.362	21.702	6.167
ACOLHIMENTOS	NUDESA-NAIS	ND	0	0	0	0	9.350	7.486	8
ACOLHIMENTOS	NUHAM	ND	0	0	0	0	0	137	5.875
ACOLHIMENTOS	NURDP	ND + SGA	0	0	0	6.086	4.502	2.406	11.812
ACOLHIMENTOS	NUSOL	ND + SGA	0	0	0	5.015	3.867	3.949	0
ACOLHIMENTOS	OFÍCIOS	-	0	0	0	0	663	0	0
ACOLHIMENTOS	OUVIDORIA	-	0	0	0	0	1.946	2.831	1
ACOLHIMENTOS	PACAJUS	ND	0	2.428	1.968	2.460	2.420	0	684
ACOLHIMENTOS	PACATUBA	ND	0	0	0	0	0	53	0
ACOLHIMENTOS	PSICOSSOCIAL	-	0	0	0	0	2.002	27.206	5.250
ACOLHIMENTOS	QUIXADÁ	ND	0	0	0	0	0	891	353
ACOLHIMENTOS	QUIXERAMOBIM	ND	0	0	0	0	0	194	1.975
ACOLHIMENTOS	RUSSAS	ND	0	0	0	0	0	326	26.225
ACOLHIMENTOS	SOBRAL	ND	806	0	3	0	16.226	7.844	1.548
ACOLHIMENTOS	SOBRAL-LAÇOS DE FAM	ND	0	0	0	0	0	1.528	5.429
ACOLHIMENTOS	SOBRAL-NUSOL	ND	0	0	0	0	0	432	
ACOLHIMENTOS	SUCESSÕES	ND	0	0	0	0	0	2.148	
NPBD – Estimativa do número de pessoas beneficiadas diretamente			593.214	832.363	931.186	982.206	987.227	893.464	1.148.158

NPBI – Estimativa do número de pessoas beneficiadas indiretamente (NPBD * 3,6)	2.135.570	2.996.507	3.352.270	3.535.942	3.554.017	3.216.470	4.133.369
---	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

Fonte: Dados obtidos através do METABASE (*Business Intelligence*) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 09/06/2021. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro à Dezembro de 2021.

Tabela 12 – INDICADORES DE GESTÃO POR RESULTADOS

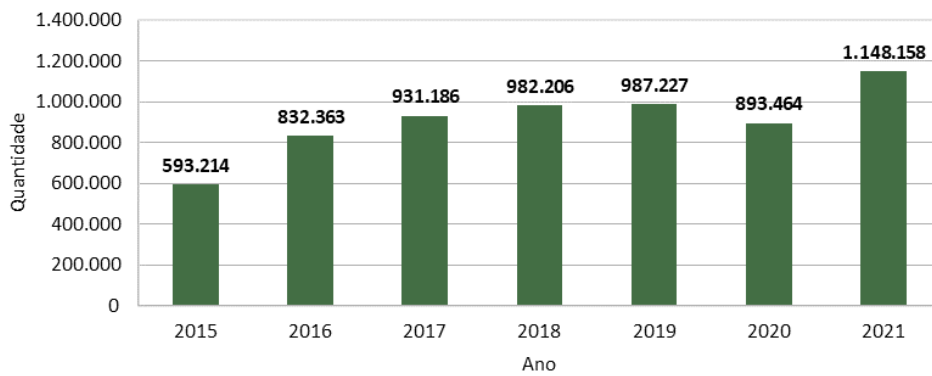
INDICADOR	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente (NPBD)	593.214	832.363	931.186	982.206	987.227	893.464	1.148.158
Número de Pessoas Beneficiadas Indiretamente (NPBD * 3,6)	2.135.570	2.996.507	3.352.270	3.535.942	3.554.017	3.216.470	4.133.369
Média mensal de atendimentos	49.434	69.364	77.599	81.850	82.269	74.455	95.680
Quantidade de Defensores na atividade-fim	250	274	281	281	289	313	336
Produtividade média mensal dos Defensores	198	253	276	291	285	238	285
Valor total Empenhado da fonte Recursos Ordinários	109.216.099	115.941.407	132.199.627	149.947.344	165.055.003	179.793.512	182.983.191
Custo médio do Atendimento	184	139	142	153	167	201	159
População estimada	8.904.459	8.963.663	9.022.867	9.082.071	9.132.858	8.187.886	9.240.580
Habitantes por Defensor	35.594	32.734	32.110	32.311	31.611	29.370	27.509

Fontes:

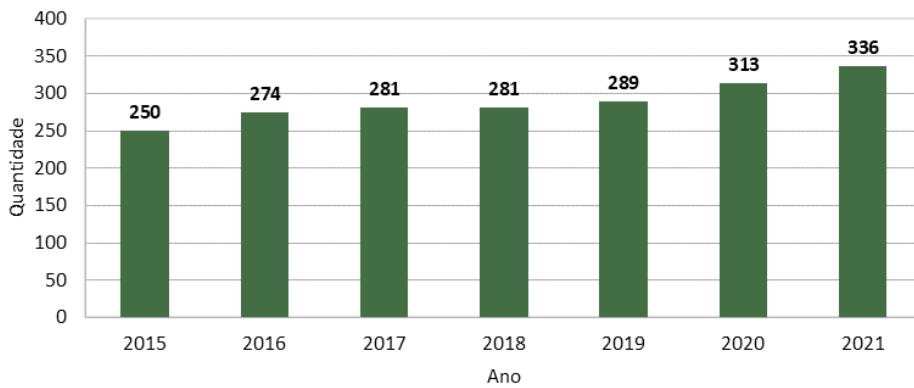
- (1) METABASE (*Business Intelligence*) calculado pelo sistema Nossa Defensoria;
- (2) Calculado por meio da divisão do Orçamento Total da Fonte Recursos Ordinários pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;
- (3) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) pela quantidade de defensores, e este resultado dividido por 12 meses (Cálculo: $(NPBD/Quant\ Defensores)/12$);
- (4) População estimada do estado do Ceará calculada por meio de regressão linear com base nos dados do IBGE de 2010 (8.452.381) e 2015 (8.904.459) obtidas no endereço: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ce> em 04/05/2016 às 17:06);
- (5) Habitantes por Defensor público calculado pela divisão da População Estimada pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;
- (6) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) dividido por 12 meses (Cálculo: $(NPBD/12)$);
- (7) Dados obtidos por meio do sistema SIOF/SEPLAG (Valor empenhado);



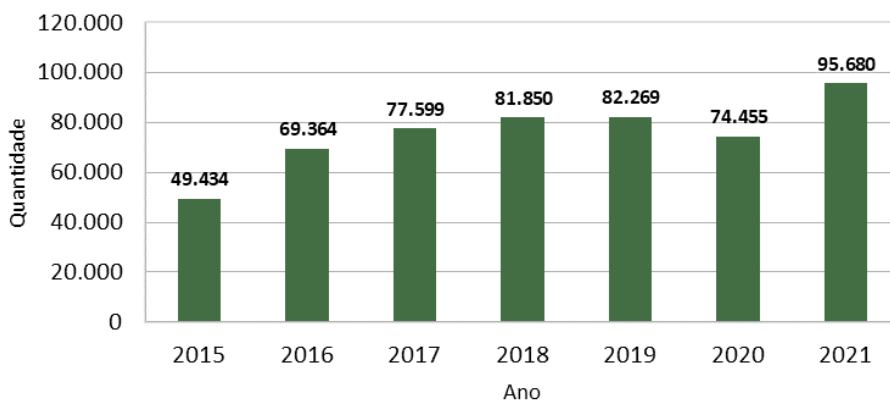
PROCEDIMENTOS POR ANO



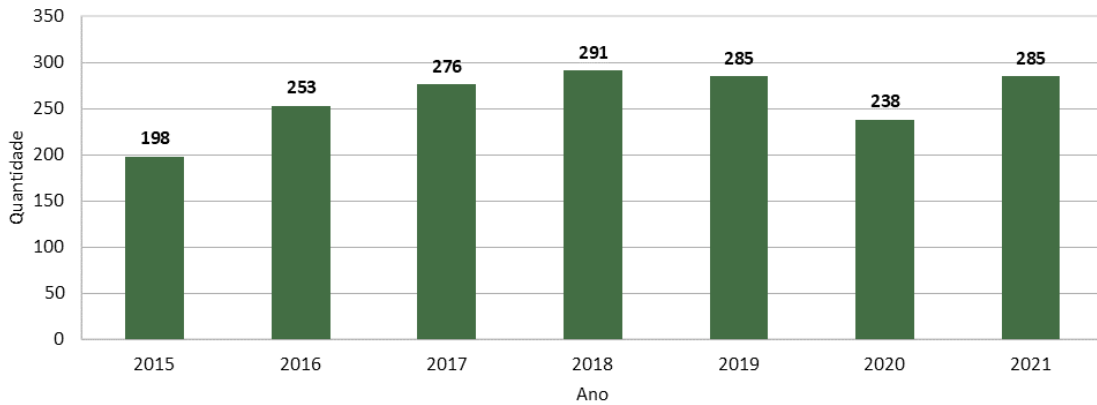
MÉDIA MENSAL DE DEFENSORES NA ÁREA FIM



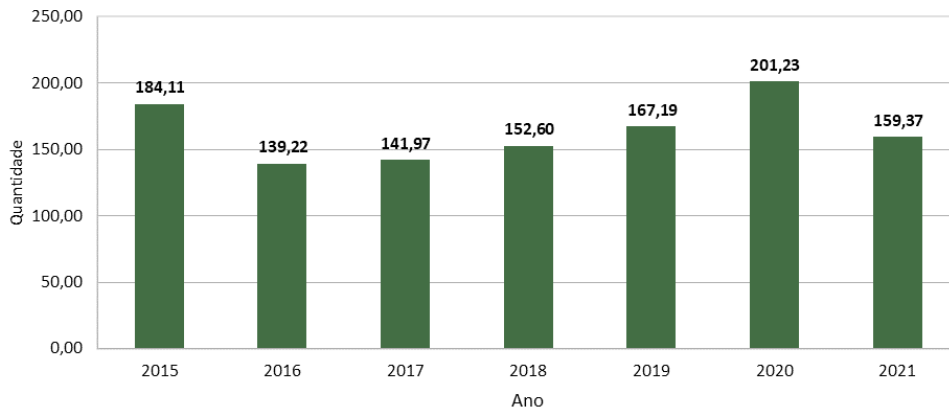
MÉDIA MENSAL DE PROCEDIMENTOS POR ANO



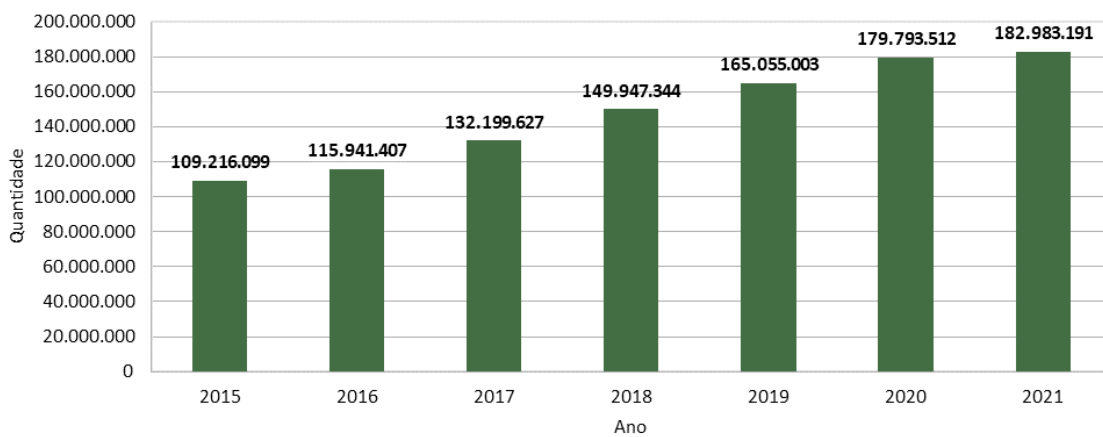
PROCEDIMENTOS POR DEFENSOR PÚBLICO



CUSTO MÉDIO DO PROCEDIMENTO POR ANO



VALOR EMPENHADO



5.2. Indicadores de Desempenho

Indicadores de Eficiência

Nossos Indicadores de Eficiência foram construídos como as iniciativas prioritárias constantes no PPA 2020-2023, são elas:

511.1.02 - Ampliação da prestação dos serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita.

Produto: Unidade de Atendimento Implantada

Execução Física:

Programado	Jan-Mar	Jan-Jun	Jan-Set	Jan-Dez
2	0	1	2	5

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20102 - Promoção da Melhoria Contínua na Prestação dos Serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita.	599.508,00	564.508,00	110.193,70	41.892,00	19,52	7,42
Total	599.508,00	564.508,00	110.193,70	41.892,00	19,52	7,42

Essa medida possui estreita relação com produtividade, ou seja, o quanto se consegue produzir com os meios disponibilizados. Assim, a partir de um padrão ou referencial, a eficiência de um processo será tanto maior quanto mais produtos forem entregues com a mesma quantidade de insumos, ou os mesmos produtos e/ou serviços sejam obtidos com menor quantidade de recursos (MPOG, 2010).

O Indicador de Eficiência mede relações entre quantidade de produto e custo dos insumos ou características do processo, como o tempo de produção (TCU, 2011).

Tabela 13 – INDICADOR DE EFICIÊNCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa	Realizado 2021 (A)	Investimento 2021 (B)	I (R\$/Unid) (B/A)
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita	Profissional Capacitado	5	41.892,00	8.378,40

Indicadores de Eficiência

O indicador de eficácia aponta o grau com que um Programa atinge as metas e objetivos planejados, ou seja, uma vez estabelecido o referencial (linha de base) e as metas a serem alcançadas, utiliza-se indicadores de resultado para avaliar se estas foram atingidas ou superadas (MPOG, 2010).

O indicador de Eficácia mede quantidade de produto, alcance metas de entrega de bens e serviços (TCU, 2011).

Tabela 14 – INDICADOR DE EFICÁCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa	Programado 2021 (A)	Realizado 2021 (B)	I (B/A)
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita	Profissional Capacitado	2	5	2,50

Indicadores de Economicidade

Os indicadores de economicidade medem os gastos envolvidos na obtenção dos insumos (materiais, humanos, financeiros etc.) necessários às ações que produzirão os resultados planejados. Visa a minimizar custos sem comprometer os padrões de qualidade estabelecidos e requer um sistema que estabeleça referenciais de comparação e negociação (MPOG, 2010).

O indicador de economicidade mede o custo dos insumos e os recursos alocados para a atividade (TCU, 2011).

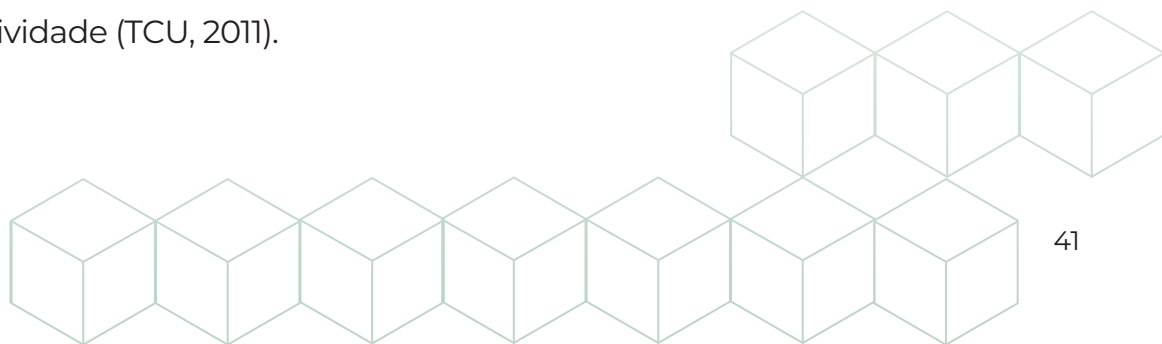


Tabela 15 – INDICADOR DE ECONOMICIDADE COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa	R\$ / Unid. Entregues 2020 (Ia)	R\$ / Unid. Entregues 2021 (I)	% Indic. (I/Ia)
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita	Profissional Capacitado	42.373,41	8.378,40	0,19

No ano de 2019 o PPA vigente era o PPA 2016-2019, tendo Programas e Iniciativas diferentes, com isso não é possível a mensuração do Indicador de Economicidade para o ano de 2020.

6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso.

No exercício de 2021 o FAADEP não possuiu projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados.

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 31/05/2021

7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres;

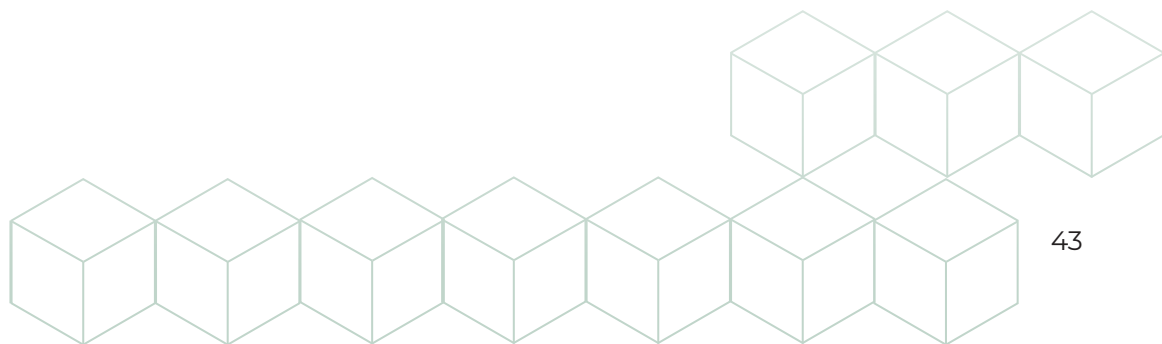
Para o exercício de 2021 a Defensoria Pública do Estado do Ceará não possui transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres.

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 31/05/2021.

8. Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades;

A Defensoria Pública do Estado do Ceará não possuiu, no exercício de 2021, Contratos de Gestão com Organizações Sociais na forma da Lei 12.781/97.

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 31/05/2021.





9. Conclusão

Uma Instituição que pensa e planeja suas ações proporciona à sociedade, membros, servidores e colaboradores uma plena visibilidade de sua atuação, com descrições claras de seus propósitos a atingir e um referencial para a avaliação dos resultados obtidos.

A busca da eficiência e da eficácia no atendimento de sua missão constitucional tem exigido da Defensoria Pública do Estado do Ceará a capacidade de pôr em prática mudanças contínuas e um planejamento de ações que levem a melhor qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão hipossuficiente.

Em 2021, a despeito da permanência da conjuntura pandêmica que impôs uma série de restrições, a Defensoria Pública procurou trabalhar seu planejamento institucional de forma participativa entre seus membros e a sociedade civil (com a realização do VI Orçamento Participativo) o que tem lhe propiciado plena visibilidade e a responsabilização efetivamente democrática de sua atual gestão.

Definir suas diretrizes, objetivos e metas para atender as demandas da Instituição, mais do que nunca, mostra-se importante o envolvimento participativo de todos nas decisões, execuções e acompanhamento das ações a serem empreendidas, a fim de se evitar que o planejamento seja encarado apenas como cumprimento de uma mera formalidade administrativa.

Conforme podemos observar na Tabela 1 - MATRIZ DE INDICADORES E MONITORAMENTO DOS PROJETOS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DPGE 2020-2021, a Defensoria conseguiu atingir uma média de execução de 84,4%% dos projetos planejados no Planejamento Estratégico 2020-2021.

Em 2021 cerca de mais de 1.148.158 pessoas foram beneficiadas, conforme Tabela 15 – GESTÃO POR RESULTADOS. Esse número foi fruto de um grande esforço da administração da defensoria em implementar novos meios de atendimento da população, seja pelo aumento do número de linhas telefônicas, seja

pela implementação de novos sistemas virtuais de atendimento e melhor estruturação da equipe de tecnologia da informação. A pandemia nos trouxe imensos desafios que, continuamente, vão sendo superados para que a garantia do acesso à justiça seja ampliada.

Na tabela 16 podemos observar que em 2020 haviam cerca de 29.370 habitantes por defensor, observando-se uma diminuição no número da população por defensor em 2021 este número chegou a 27.509 habitantes por defensor. Ou seja, mais defensores o que significa melhores serviços prestados.

A sociedade continuamente passa a exigir mais e melhores serviços, respeito à cidadania, transparência, moralidade e efetividade no uso dos recursos públicos e a Defensoria Pública tem buscado ser ágil na resposta aos anseios da população carente do nosso Estado e no cumprimento de sua importante missão institucional.

Integração com a sociedade, buscando desenvolver ações conjuntas com os diversos segmentos da comunidade, objetivando garantir, defender e ficar alerta quanto aos direitos de cidadania e dignidade do ser humano, tem sido uma das principais metas da DPGE, nos últimos anos. Sem descuidar, é claro, da adoção de uma postura receptiva e participativa entre membros da Defensoria Pública e segmentos da sociedade, visando o fortalecimento de sua imagem institucional.

Cumprir com celeridade, transparência e eficácia as atribuições que lhe são conferidas por lei, buscando a consolidação da cidadania e defesa do interesse dos mais necessitados, tem sido incessantemente buscado pela atual administração da Defensoria.

Com respaldo nos atuais investimentos busca-se atuar, com efetiva prioridade, nas áreas que representam demandas advindas de nossa realidade local, tais como: a proteção aos direitos do consumidor, a saúde, a educação, a infância e juventude, idoso, mulher em situação de violência, às pessoas recolhidas ao cárcere, bem como desenvolver ações nas áreas criminal, cível e de família.





A partir da adoção de diretrizes estratégicas, desdobradas em objetivos, a Defensoria Pública Geral do Estado tem buscado de forma efetiva o cumprimento de sua missão constitucional, sendo certo que a consecução de tais fins já se fazem sentir nas estatísticas decorrentes do trabalho por esta desenvolvido em prol da população mais carente do Ceará.



10. Referências Bibliográficas

DPGE – Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2020-2021. Fortaleza. 2020. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/wp-content/uploads/2020/02/Plano-Geral-de-Atua----o-2020-2021.pdf>

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). INDICADORES DE PROGRAMAS - Guia Metodológico. Brasília, Março/2010. Download em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf no dia 02/05/2016 às 10:13;

TCU - Tribunal de Contas da União. TÉCNICA DE INDICADORES DE DESEMPENHO PARA AUDITORIAS, Brasília, 11/01/2011 - ano XLIV – N°3, disponível em <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D-78C1F1014D7957D0D84565> em 03/05/2016 às 09:42.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ

